



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**MORADORES: UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A COMUNIDADE
DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE GERICINÓ**

NÍCOLLAS WITZEL SILVA

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**MORADORES: UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A COMUNIDADE
DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE GERIÇINÓ**

Projeto prático submetido à Banca de Graduação
como requisito para obtenção de diploma de
Comunicação Social / Jornalismo

NÍCOLLAS WITZEL SILVA

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinalada, avalia o Projeto Prático **Moradores: um documentário sobre a comunidade do complexo penitenciário de Gericinó**, elaborado por Nícollas Witzel Silva.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa

Pós-Doutora pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea, Pacc-UFRJ

Profa. Anita Matilde Silva Leandro

Doutora em Estudos Cinematográficos pela Université Paris III - Sorbonne-Nouvelle

Prof. Dante Gastaldoni

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF

RIO DE JANEIRO

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Nícollas Witzel. **Moradores: um documentário sobre a comunidade do complexo penitenciário de Gericinó.** Rio de Janeiro, 2017.

Projeto prático (Graduação em Comunicação Social / Jornalismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de Comunicação - ECO.

Orientadora: Cristiane Henriques Costa

SILVA, Nícollas Witzel. **Moradores: um documentário sobre a comunidade do sistema penitenciário de Gericinó.** Orientadora: Cristiane Henriques Costa.
Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Projeto Prático em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso é um documentário sobre as origens e a manutenção de duas pequenas comunidades existentes dentro do complexo penitenciário de segurança máxima de Gericinó, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. A zona é considerada de segurança máxima, expondo os moradores, civis, ao risco da manutenção de presos perigosos em um ambiente controlado, atribuição do governo estadual. O filme aborda o cotidiano dos moradores, seu trato com o poder público e revela as características dessa rotina em entrevistas dos dois lados, além de especialistas que analisam a questão do ponto de vista legal, ético e dos direitos humanos. Este relatório, complementar ao curta-metragem, foi montado a partir da leitura da bibliografia indicada, aliada com estudos individuais sobre direito à moradia e funcionamento da segurança do sistema penitenciário local. Pretende-se suscitar o debate ouvindo os dois lados e contrapondo os argumentos dos moradores com os dos representantes do Estado.

Dedicatória

A meu pai, Carlos Alberto Silva, que me ensinou o valor da vida dos outros, e à minha mãe, Rosane da Silva Witzel, que me ensinou o valor da minha.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. VIDA COMPLEXA: PROBLEMAS E CARACTERÍSTICAS	5
2.1 Problemas e características.....	6
2.2 Estudo comparativo entre casos.....	13
3. RELATÓRIO	16
3.1 Gravação.....	17
3.2 Entrevistas.....	19
3.3 Edição.....	20
4. CONCLUSÃO	21
5. BIBLIOGRAFIA	23

1. INTRODUÇÃO

Diz um velho clichê da profissão que a função do jornalista é contar histórias. Como quase todo chavão, esse também não deixa de ser verdade, já que toda história é, para algum lugar ou para alguém, um retrato do nosso tempo e do nosso povo. Mas mais do que contador de causos, o jornalista é, para a sociedade, um vigia. A partir das folhas de jornais e revistas, das reportagens de televisão e do barulho do rádio, toda e qualquer pessoa pode garantir para si um direito fundamental: o de saber. A informação é o lastro da democracia. Foi por isso que na formulação deste trabalho, quando ainda sem tema definido, decidi que faria uma investigação sobre um quadro social escondido do conhecimento público.

Em 2011, lendo notícias na internet, cheguei a uma matéria do portal IG¹ que descrevia a vida de 16 famílias que, supostamente, moravam dentro do complexo penitenciário de Gericinó, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Não fossem elas apenas vizinhas de várias unidades prisionais de segurança máxima, ainda viviam num bairro com forte presença de milícias e do crime organizado. Na manchete, uma citação que chamava a atenção: "Vivemos como prisioneiros". Meu interesse nesse trabalho é apoiado em um conceito teórico, muito discutido na obra de Michel Foucault e seu estudo das relações de poder, que é o papel da prisão. A que serve, e a quem serve a cadeia? E até onde vai a sua sombra? Ao ler aquelas aspas da moradora do complexo penitenciário se dizendo prisioneira sem condenação, encasquei com a ampliação desse conceito de prisão, estendido, naquela situação, a um punhado de moradores que de alguma forma tinham sua liberdade tolhida pelo aparelho do Estado.

A escolha do documentário se deu pela importância do contexto para contar essa história. Considerando a delicadeza da situação, as nuances da lei e a guerra de versões própria dos embates entre o cidadão e o Estado, não me pareceu justo fazer um relato sem usar, da forma mais bruta possível, o depoimento pessoal desses moradores. O formato mais honesto para esse caso cheio de contradições seria simplesmente contrapor os argumentos dos dois lados, deixando o expectador decidir quais lhe valeriam mais.

Alguns consideram que é a aplicação da lei, fria e exata, enquanto outros consideram o aspecto humano, emocional e relativo. Além disso, essa escolha também foi influenciada

¹ Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/vivemos-como-prisioneiros-diz-mulher-que-mora-dentro-de-complexo-prisional/n1597370875586.html>. Acesso em: 05/09/2017

por uma vontade pessoal de colocar em prática as lições do curso de jornalismo, no momento de saída de uma UFRJ rica em teoria, mas com pouco suporte a projetos práticos por parte dos alunos da graduação.

Os personagens são, antes de qualquer outro grupo, os moradores do complexo. Até mesmo os policiais vêm em segundo plano. O motivo é a diferença numérica de personagens necessários para contar a vida de uma comunidade, contra o número de policiais necessário para dar uma versão oficial da situação. Quanto aos moradores, existem dois grupos deles: o primeiro forma uma espécie de condomínio de classe média, já na área mais externa do terreno, que parece funcional e com residentes satisfeitos; o segundo, cerca de um quilômetro mais para dentro do complexo, tem casas com péssima estrutura, fica próximo de áreas de maior risco e se resume a moradores que se pudessem sair dali, sairiam. Apesar de abordar os dois grupos, o foco do curta-metragem acabou sendo os que me pareceram mais prejudicados pela condição de morar ali.

Durante a apuração, descobri que o número de famílias residindo dentro do complexo prisional diminuiu muito desde a reportagem do IG. De 16 famílias, em 2010, sobraram sete, indicando um êxodo que, considerando a condição econômica dos moradores, não poderia ser natural. A linha-guia escolhida para o filme é um dos mais antigos moradores, Héber da Silva Vilella, conhecido por todos na região como "O Grande". Aliás, todos os entrevistados são conhecidos por algum codinome, e isso acontece de forma tão natural que foi difícil encontrar alguns deles pelo nome de batismo. "Grande" é um comerciante de 66 anos, conhecido de várias gestões que já comandaram a segurança do complexo por seus mais de 40 anos vivendo lá dentro. Nessa trajetória, ele já viveu momentos de confronto com as forças da Polícia Militar e da SEAP (Secretaria de Administração Penitenciária), que substituiu a primeira na organização do sistema penitenciário brasileiro a partir de 2003. Foi ele que fez a ponte entre a reportagem e vários outros moradores, tendo um papel fundamental.

Durante a realização deste trabalho, várias vezes me peguei pensando em qual seria, afinal, a relevância dessa história. O fato de existir uma comunidade dentro de um complexo de segurança máxima é chocante, mas há de se ter cuidado para que a espetacularização do absurdo não sobreponha o que realmente importa nessa pauta: a vivência de vários seres humanos sob essas condições de temperatura e pressão, vigiados 24 horas por dia e sujeitos a riscos que o Estado ignora. Um preso em fuga, por exemplo, pode resolver passar por dentro de uma casa. Pode esconder-se nela, como também pode fazer um morador refém e

usá-lo como moeda de troca. Esses casos, citados aqui a título de exemplo, já aconteceram na vida real e são relatados nos depoimentos.

O objetivo desta pesquisa não é exatamente trazer a história dos moradores em tom de denúncia. Mesmo depois de uma apuração detalhada, é difícil apontar algum culpado pelo resultado que se encontra hoje por lá. Ao longo dos anos, foram várias gestões, com várias trocas internas de comando, e também diferentes tempos de chegada e partida de cada morador. Alguns já tinham suas casas antes de a primeira cadeia ser construída (Bangu I, em 1987), outros vieram junto com as expansões subsequentes. Outros, ainda, chegaram ali em ocupações irregulares, de forma que faltam documentos para se obter todo tipo de informação sobre os direitos e deveres de morar numa área de risco como aquela. Assim, não seria jornalisticamente correto apontar os moradores ou as forças do Estado como certos ou errados, e esse foi o ideal que guiou a produção e montagem do filme. Em alguns momentos os próprios residentes assumem uma posição defensiva, e também não seria correto retirar essas mensagens durante a edição, caracterizando um tipo sutil, mas efetivo, de censura. O objetivo, então, passou a ser encontrar um equilíbrio entre esses dois pólos.

A relevância desse projeto tem duas facetas principais. Primeiramente, serve como prova de que é possível realizar uma reportagem profunda, independente e de baixo orçamento ainda na graduação. Os estudantes universitários de jornalismo têm, em sua maioria, um déficit de produção que lhes faz falta na hora de tentar uma vaga no mercado, que cada vez mais exige do repórter que também seja produtor, fotógrafo, editor e tantas coisas mais. Aos que um dia vierem a ler essa introdução: acreditem, é possível. A segunda face é propor um debate sobre as questões de vida e morte de seres humanos vivendo em locais que não são próprios para moradia.

O Brasil, e aqui me permito fazer uma generalização, ainda tem um discurso conservador quando fala sobre aqueles que estão às margens do Estado. O saldo das discussões sobre a diminuição da maioria penal, o porte civil de armas de fogo, além da pouca vigilância sobre as condições do preso neste país e principalmente a postura dos representantes eleitos sobre essas e outras figuras fora do guarda-chuva do governo revelam um retrato racista, burguês e em alguns casos desumano do brasileiro médio. Da mesma forma, pessoas ignoradas pelas classes A, B e C, como são os moradores de Gericinó de uma forma geral, precisam ser lembradas de que existem e têm, sim, direitos fundamentais. O jornalista, como vigia que é, tem seu papel nesse processo.

Dessa forma, o trabalho será estruturado em três capítulos, complementados pela exibição do documentário. O segundo capítulo tratará da discussão teórica, com foco na ampliação do conceito de prisão a esses moradores, jamais condenados. O terceiro capítulo se concentra na execução da ideia, nos aspectos técnicos, critérios de abordagem, métodos de entrevista, nos encontros, na gravação e na finalização do vídeo. Serão destacadas as dificuldades encontradas, os imprevistos que pareceram ter sido intencionais, bem como uma avaliação entre o que deu certo e o que deu errado. Na sequência, a conclusão amarra o trabalho com as impressões pessoais do repórter durante o processo. Me permito, nesse último capítulo, usar de um tom mais pessoal e emitir opiniões que de maneira alguma poderiam fazer parte do filme, por serem antijornalísticas. Ali, então, me recolho à posição de estudante acadêmico para contar a experiência de produzir, filmar e editar um pequeno filme com a pouca experiência que se pode ter ao final da graduação. Em alguns momentos, este trabalho será escrito na primeira pessoa do singular, apenas para que fique mais clara a intenção de cada feito e a consequência do mesmo para o repórter.

2. VIDA COMPLEXA: MORANDO NO PRESÍDIO

Esse capítulo se dedica aos detalhes do dia a dia desses que vivem num dos lugares mais vigiados do Rio de Janeiro. A vizinhança vai de presos primários, encarcerados por roubar um pequeno mercado, a líderes das maiores facções criminosas do país, condenados a décadas de reclusão por crimes hediondos. Apesar do título de "segurança máxima", não é difícil encontrar brechas no sistema de segurança de Gericinó, tome-se como exemplo a entrada desta reportagem pelo portão da frente do complexo, levando em uma mochila uma série de equipamentos que não seriam autorizados em uma revista. Da mesma forma, os moradores relataram durante as entrevistas que já fizeram diversas entradas acompanhados de pessoas desconhecidas da segurança, às vezes amigos ou motoristas, sem que maiores informações fossem pedidas. Uma dessas situações foi descrita no filme por Sebastião, que mora há mais de 20 anos de forma irregular, sem qualquer tipo de documento ou cadastro.

Eu vinha de taxi, cheguei na cancela e o motorista perguntou ao guarda na guarita: precisa dar o documento? Ele olhou pra dentro do carro, me viu, e disse: não precisa, o documento está aí dentro. Era eu. Já era mais de meia noite. Aí eu passei.²

O episódio da entrada de Sebastião a bordo de um táxi nunca antes visto naquela cancela, e sobre o qual os responsáveis pela segurança não tinham conhecimento ou confiança, ilustra um dos maiores estranhamentos que se tem ao se participar da realidade murada dessas pessoas: o próprio conceito de segurança é algo metamórfico, líquido. Ele se dissolve ao prazer daqueles que detêm o poder de deixar entrar e sair: a polícia. Max Weber, em sua obra "Os três tipos puros de dominação legítima", distingue as ideias de poder e autoridade, sendo a primeira mera probabilidade de a pessoa-alvo executar a vontade do poderoso, apesar de resistência, declarada ou não, enquanto a segunda recorre à persuasão legítima e legal, e também à liderança, implicando uma obediência voluntária, e não por coação (WEBER, 2008). A dominação inspirada pelas forças policiais dentro de um complexo prisional é totalmente apoiadas na coerção e na ameaça velada. Depois de décadas de convivência, e considerando a herança histórica da Polícia Militar no Rio de Janeiro, não são necessárias agressões, apenas um lembrete de quem têm o poder de agredir.

² Trecho de entrevista concedida ao autor no dia 27 de outubro de 2017.

Em alguns momentos das entrevistas os moradores relataram um embaraço do poder público à resolução de pequenos problemas, como os relacionados à estrutura das casas, que podem levar a acidentes. Uma das residências, por exemplo, pegou fogo após sucessivas tentativas de conserto do sistema elétrico, que entrou em curto-circuito depois de sobrecarregado. A casa teve de ser desocupada por correr risco de desabamento a qualquer instante. Quando perguntada sobre a quem recai a responsabilidade em caso de problemas como esse, a superintendência de segurança da SEAP repassa a pergunta a outro órgão, que por sua vez repassa adiante, num ciclo vicioso em que foram consultadas todas as instâncias ligadas ao fato (respectivamente a segurança, a infraestrutura e a Secretaria de Segurança Pública), sem que nenhuma apresentasse uma resposta objetiva. Os moradores dizem que quando tentam fazer uma dessas obras um oficial é destacado para ir até a residência e proibir verbalmente que ela seja continuada. O material é retido na cancela de entrada e despachado de volta à loja. Quando a administração descobre tijolos, madeiras e sacos de cimento já dentro do terreno do morador, emite uma ordem para que a construção pare. Os objetos então viram parte da paisagem, apodrecendo com o tempo.

2.1. Problemas e características

São duas as comunidades do complexo de Gericinó. A primeira é um condomínio de classe média, murado, supervisionado por uma associação de moradores e que dispõe de documentos oficiais para comprovação de residência e garantia de direitos básicos. Essa condição tem uma razão histórica de ser: no final da década de 80, quando foram construídas as primeiras unidades, criou-se uma sequência de casas para abrigar um grupo de funcionários de alto-escalão que trabalhavam no presídio recém-construído. Essas casas foram passando pelas gerações seguintes dessas famílias, geralmente de pai para filho, de forma que até determinado momento todos os que viviam ali tinham uma relação profissional direta com o presídio e eram beneficiados pela proximidade da moradia com o local de trabalho. Com o tempo, algumas casas foram vendidas ou alugadas a pessoas de fora, retirando do condomínio a uniformidade de moradores funcionários. Hoje, a maioria das casas ainda é ocupada por pessoas que têm alguma relação de trabalho com o presídio, sejam policiais ou servidores, mas não é impossível encontrar uma família completamente alheia ao objetivo inicial daquele espaço.

De uma forma ou de outra, o aspecto dessa vila, colocada mais próxima do último portão do complexo, nunca deixou de ser positivo. Os residentes se sentem à vontade, dizem ter boa relação com os agentes e dispõem de boas condições de casa e comunidade. A criação de uma associação de moradores permitiu que fosse instalado um mecanismo de vigilância comunitária independente da polícia, que busca melhorias para o bem comum, como a construção de uma praça central com quadra esportiva, arborização da vizinhança, manutenção de ruas e até permissão para fazer festas mediante aviso prévio. Isso não impede, entretanto, que os presídios vizinhos ofereçam um determinado risco, uma vez que presos em fuga podem decidir passar por dentro do condomínio, que não dispõe de muros altos ou mecanismos avançados de segurança.

Nas visitas que fiz a esse espaço, notei que a convivência com os policiais era totalmente pacífica e os moradores se sentiam respeitados. Dois guardas da cancela de entrada foram designados para me acompanhar durante as entrevistas, esperando do lado de fora das casas. Entretanto, eles faziam questão de chamar pelo morador, gritando-o pelo nome, mesmo depois de eu pedir para fazer a abordagem sozinho. A impressão do repórter foi que interessava aos policiais mostrar ao morador que eles estavam cientes da entrevista, como que um aviso prévio. Apesar disso, o recado era dado com um sorriso no rosto.

O mesmo não se pode dizer do segundo grupo de moradores, no qual esse capítulo tem intenção de se concentrar. No caso deles, o que mais chama a atenção é o desconhecimento da situação real por parte do poder público, ou ainda uma certa seletividade do saber. Alguns dos moradores trabalharam na construção das primeiras unidades prisionais, em meados dos anos 80 e 90, e posteriormente assentaram moradia por perto, como medida facilitadora para acordar e dormir perto do serviço. Seria, portanto, impossível que a administração, em posse dos registros históricos do complexo, desconhecesse completamente a existência dessas pessoas, não bastasse a circulação diária deles pelas ruas patrulhadas. Ainda assim, durante as entrevistas com o superintendente de segurança do complexo, Deiverson Costa, acompanhado por dois auxiliares em posição de chefia, os três afirmaram que existiam, no máximo, duas famílias morando nesse pedaço do complexo. Fato é que, à época da conversa com os policiais, eu já havia filmado entrevistas com seis famílias, todas vizinhas entre si. Levantam-se duas possibilidades: ou a equipe de segurança realmente desconhece a existência daqueles moradores ou fingem que desconhecem. A primeira, se verdade, expõe uma falha de

segurança grosseira, já que eles têm livre-trânsito por uma área de segurança sujeita a grandes rebeliões a qualquer momento. A outra hipótese, de que a equipe de segurança finge desconhecer cada um dos moradores dali, pode ser um indicativo de que alguém quer manter essa realidade guardada entre os muros do complexo até que se encontre uma solução definitiva para o problema. Ainda não há verdade absoluta nessa questão, mas nenhuma das opções garante a segurança da comunidade de maneira adequada.

Os moradores não são revistados na cancela de entrada, um direito adquirido através do tempo e da convivência com os vigias. Entretanto, não é raro que eles sejam abordados do lado de fora com pedidos de transportar encomendas dos presos, contendo armas, drogas e outros objetos ilegais, de tal forma que seria factível para um criminoso organizar uma ação de dentro da cela, trazendo os objetos que precisa para dentro dos presídios por meio dos moradores. No entorno do da prisão existem grupos de milicianos e agentes do tráfico de drogas capazes de coagir um morador a fazer esse tipo de entrega. Essa abordagem é relatada no filme por um deles, Sebastião, que reside no complexo há 21 anos. Ele conta que o último caso em que se viu envolvido se tratava de uma entrega de drogas na porta de uma unidade prisional, onde um terceiro agente já estaria posicionado para receber o pacote. Após recusar, pensou se deveria entregar o homem que lhe abordou aos guardas da guarita, mas foi desaconselhado por um amigo, que temia o risco de uma retaliação. Fica evidente, então, que a sombra da prisão recai sobre todos os que estão próximos a ela, até mesmo os que recusam qualquer tipo de atividade ilegal, já que a qualquer instante eles podem sofrer castigos de um dos pólos de poder em guerra naquele território: a polícia e o tráfico.

Em um primeiro olhar, a condição mais chocante da vida dos moradores dessa vila interna é o estado estrutural de suas casas, algumas já debilitadas de tal forma que um desabamento parece iminente. Como foi citado previamente, já houve um caso em que uma das casas pegou fogo depois de um curto-circuito, culpa de uma estrutura elétrica antiga e sobrecarregada, que não pôde ser consertada devido à proibição de fazer obras na comunidade, imposta pela administração da SEAP. Foi prometida à essa moradora uma autorização para reconstrução da casa em 2011, mesmo ano do incêndio. Seis anos depois, ainda não foi emitido qualquer tipo de documento referente a este caso, da mesma forma que não foi dada nenhuma indenização à moradora, que mora de favor na casa de um conhecido do lado de fora. Ela me levou até o que sobrou de sua casa, coberta pelo mato e com as paredes ainda manchadas de fuligem.

É fato que, se não todo o órgão responsável, alguns funcionários dentro das equipes que trabalham nos presídios sabem da existência da comunidade, informação confirmada durante as entrevistas, em que eles respondiam assertivamente quando eu citava os moradores. Em algumas entradas, quando abordado pelos policiais na cancela principal, eu nomeava os moradores da vila mais interna e recebia resposta positiva do guarda. Segundos depois, ele era chamado num canto reservado pelo colega de turno e não voltávamos a falar do assunto.

Sendo assim, parece que a violação de direitos nasce na negligência do poder público quanto ao risco que os moradores correm, seja pela estrutura comprometida de suas casas, seja pela proximidade com presos de alta periculosidade, ou ainda com a exposição à chantagem e extorsão dos grupos criminosos que agem nos arredores do presídio. O grupo de moradores da vila mais estruturada não relataram nenhum caso como esse, e existe um motivo para que eles fiquem menos expostos a essa estratégia: como o condomínio em que moram fica muito mais para fora do presídio do que para dentro, a área coberta por um desses moradores que topasse o serviço seria mínima, insuficiente para transpassar todas as barreiras em que se é, no mínimo, observado por um policial. Não haveria explicação para um morador da vila em questão ser visto andando longe de sua casa, em direção ao núcleo do presídio, onde ficam as unidades mais vigiadas. Já um morador da vila mais interna precisa fazer exatamente este trajeto para chegar em seu portão. Além disso, esse segundo grupo precisa buscar suas visitas na guarita central, o que o torna ainda mais familiar aos olhos dos patrulheiros. Celulares não funcionam com estabilidade em nenhuma das duas vilas, por conta do bloqueador que funciona em todo o complexo. Apesar disso, foi constatado pelo repórter (que entrou com um celular no bolso) que não é impossível conseguir sinal telefônico. Em 2011, uma reportagem do jornal O Dia³ já relatava a briga dos moradores para tentar uma indenização do governo do estado. À época, agentes da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP) fotografaram as casas e notificaram os donos de que a indenização seria baseada nessas imagens. Com isso, eles foram desestimulados de tentar fazer reformas, uma vez que a suposta indenização (baseada na fotografia antiga, um método irregular de avaliação) poderia sair a qualquer momento e a casa seria posta abaixo. Esse é mais um exemplo do *soft power* exercido pelas forças de controle do complexo sobre os residentes.

³ Disponível em: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/sem-crime-mas-com-pena-em-regime-fechado-1.59132>

Existe ainda um terceiro problema: a convivência direta com todo tipo de guarda que trabalha nas unidades. Qualquer morador do Rio de Janeiro sabe que o trato civil com a polícia tem poucas garantias de respeito. Não cabe uma acusação geral ao organismo da Polícia, que enquanto agente do Estado, bem ou mal, cumpre um papel importante. Mas, sim, da incerteza do civil ao lidar com o agente da lei, que não raro usa a autoridade que o cargo confere para operar os mais variados abusos contra aqueles que estão em posição de obedecer. Dentro de um complexo prisional, onde quase qualquer medida pode ser justificada com a necessidade de manter a segurança dos trabalhadores, um tipo de violência sutil se instala no dia a dia sem deixar marcas no corpo. Michel Foucault, em seu livro "Vigiar e Punir", quando falando sobre a metamorfose da prisão através do tempo e do tipo de sofrimento que os agentes se permitem infringir ao preso, detalha também a mudança nessa formatação do sofrer, do físico para o mental (FOUCAULT, 1975). Esse conceito se encaixa na situação dos que precisam conviver com os mesmos mecanismos prisionais, por morarem no terreno controlado, ainda que nunca tenham sido condenados. Estejam eles ali há mais tempo que o presídio, ou tendo comprado um terreno depois da construção das unidades, ou ainda que tenham chegado por meio de uma invasão de terreno, como acusam alguns guardas, tratam-se de cidadãos sob a tutela do Estado, sendo pressionados por um mecanismo público de coerção criminal, sustentado por impostos e corporificado nos agentes policiais.

De modo geral, as práticas punitivas se tornaram pudicas. Não tocar mais no corpo ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente. [...] O castigo passou de uma arte de sensações insuportáveis a uma economia de direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justicáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais elevado. (FOUCAULT, 1975, p. 16)

A socióloga e ex-diretora do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, Julita Lemgruber, primeira mulher a comandar o órgão, entre 1991 e 1994, aponta para um desinteresse latente da sociedade civil em fiscalizar o que acontece nos arredores e no interior das prisões, encaradas como um armário de esqueletos que guarda os indivíduos com os quais não queremos lidar. Segundo ela, que também foi entrevistada para o filme referente a este trabalho, o aumento da criminalidade no final do século XX contribuiu para o nascimento de uma indiferença generalizada da sociedade civil frente às violações de direitos humanos ligadas a qualquer ramificação da ideia de prisão e de seus detentos. Emprestada aos moradores, que muitas vezes não são vistos como civis, e sim como parte do sistema prisional, esse ímpeto vingativo transparece nos olhares, no jeito de falar, em gestos, mas também na negligência

institucional e no descaso dos órgãos que deveriam zelar pelos direitos dessas pessoas enquanto seres humanos.

"Desconfio que a maior causa desse silêncio seja a falta de interesse da nossa sociedade – e, por tabela, da imprensa – sobre o que acontece nas prisões. O assustador aumento da criminalidade que o Brasil experimentou a partir dos anos 1980 gerou um sentimento de grande animosidade contra os autores de crimes violentos." (LEMGRUBER, 2010, p. 211-212)

Uma condição importante que deve também ser observada é o peso da proximidade com a prisão, o estigma que lhes é emprestado por livre associação. Por viverem tão colados em uma unidade de representação do Estado que serve a punir aqueles que nós, sociedade produtora, elegemos inaptos para o convívio social, é conferido aos moradores um tipo de rótulo, como se a prisão fosse uma doença infecciosa. Isso nem sempre se manifesta de forma assumida, mas é perceptível, por exemplo, na atitude de alguns guardas recém-chegados e até alguns veteranos, que se referem aos moradores como “vagabundos”, mesmo termo usado para denominar os presos em conversas não-oficiais. É perceptível também no trato dos fornecedores de mercadorias para os comerciantes e até de algumas visitas, que, curiosamente, não emprestam o mesmo rótulo aos seus parentes, presidiários de fato.

Na obra “Cemitério dos Vivos”, Lemgruber sinaliza o fracasso histórico do atual conceito de prisão e deixa algumas sugestões para a melhor organização do sistema penal. Segundo Luiz Antonio Bogo Chies “não no intuito de uma ‘ilusão reformista’, sustentada no ‘mito do bom presídio’, mas sim num compromisso crítico - para que se minorem os efeitos perniciosos do confinamento” (CHIES, 2005)⁴. Lemgruber dá seguimento ao tema, conduzindo-nos ao reconhecimento de que a prisão:

[...] funciona no sentido de aviltar e estigmatizar para sempre os que por ela passam e, na medida em que não se visualiza sua extinção num futuro próximo, há que se lutar para que sua influência se torne menos perniciosa. E, por fim, se alternativas à prisão existem, urge aumentar sua abrangência e exigir sua aplicação. (LEMGRUBER, 1999, p. 162)

Uma vez que os cidadão periféricos ao presídio herdaram uma espécie de culpa dos detentos por nada mais que proximidade e condição social, é de se pensar que eles seriam beneficiados por uma reforma no modo da sociedade ver e tratar o indivíduo preso.

⁴ Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819561014>

Da mesma forma que as pessoas, o bairro em que se localiza o complexo sofre uma influência negativa aos olhos do Estado. A região de Gericinó, um desmembramento criado para que Bangu escapasse do apelido de “bairro dos presídios”, que vinha se tornando popular durante os anos 90, é uma localização testa-de-ferro criada por decreto do então prefeito César Maia, em 2004, para que aqueles que se beneficiavam da especulação imobiliária do bairro mais antigo não sofressem com a desvalorização dos terrenos.

A pesquisa de Manuela Cunha aponta na direção de uma erosão das fronteiras entre bairros e prisões (CUNHA, 2002), ligando a transmutação do lugar social da prisão ao seu efeito no bairro em que está sediada. Segundo a antropóloga portuguesa, a circulação de um mesmo grupamento de pessoas entre bairro e cadeia, sendo eles provenientes de visitas, do comércio (regular e irregular), dos serviços gerais (fornecimento de mercadorias, recolhimento de lixo etc.) e do crime organizado, que age nas cercanias dos presídios em que seus líderes cumprem pena, contribui para uma mudança de tratamento por parte do Estado sobre toda a região.

Dado que a investigação dos crimes de droga não repousa na queixa da vítima, as forças policiais tendem a se revelar mais pró-ativas em relação a determinadas categorias sócio-espaciais, e por conseguinte a probabilidade de detenção é maior no seio dessas categorias. E aqui, de fato, como vários estudos têm constatado (Jefferson, 1993; Smith, 1986; Flowers, 1988), o estatuto do bairro considerado como um todo é muito mais decisivo nesta seletividade policial do que o estatuto individual das pessoas, seja ele sócio-econômico ou étnico-racial. Sendo assim, certos bairros se transformam em alvos coletivos e rotineiros das polícias, como acontece com as chamadas “batidas”, em que pessoas e bens podem ser objeto de uma apreensão relativamente indiferenciada.⁵ (CUNHA, 2002, p. 101)

A “batida policial” é um evento comum na periferia, onde as leis são afrouxadas pelo próprio mecanismo de coerção para garantir seu cumprimento, e assim acaba acontecendo de forma arbitrária. A resistência em se deixar ser revistado implica uma presunção de culpa, o que eleva o nível dos abusos de autoridade, momento em que o agente patrulhador se transforma um dispositivo de punição. Em Gericinó, os moradores em tese teriam o direito de negar

⁵ Tradução do autor. Texto original em Português de Portugal: "Dado que a investigação dos crimes de droga não repousa na queixa da vítima, as forças policiais tendem a revelar-se mais pro-activas em relação a determinadas categorias socio-espaciais e por conseguinte a probabilidade de detenção é maior no seio dessas categorias. E aqui, de facto, como estudos vários têm vindo a constatar (Jefferson, 1993; Smith, 1986; Flowers, 1988), o estatuto do bairro considerado como um todo é muito mais decisivo nesta selectividade policial do que o estatuto individual das pessoas, seja ele socio-económico ou étnico-«racial». Certos bairros constituem-se deste modo em alvos colectivos e rotineiros das polícias, como acontece com as chamadas *rugas*, em que pessoas e bens podem ser objecto de um arresto relativamente indiferenciado."

uma revista sem o respaldo de um mandado judicial, mas a presunção de culpa acarreta punições, como o destacamento de um ou dois guardas para ficarem 24 horas por dia na porta de uma das casas, observando, da rua, tudo o que faz o morador. Essa é uma das medidas punitivas mais comuns e foi relatada por vários deles durante as entrevistas. Além do abuso psicológico que uma medida como essa representa para os moradores, alguns já idosos e doentes, a questão que se levanta é a seguinte: como pode ser, então, que os policiais desconheçam a localização das casas?

O mesmo acontece com os estabelecimentos comerciais mais próximos à entrada do presídio, a maioria pertencente a moradores. Quase todos já sofreram revistas sem que fosse apresentado um mandado judicial, o que inspirou os proprietários a instalar câmeras de segurança, para que tenham provas de qualquer abuso que venha a acontecer durante uma inspeção surpresa.

2.2. Estudo comparativo entre casos: Grande e Andre Luis

Héber da Silva Vilella, o Grande

Comerciante de 66 anos, Héber da Silva Vilella é o morador mais antigo da comunidade irregular do complexo, e também o que mais protagonizou embates com as forças internas de segurança em Gericinó. Na mesma residência há mais de 40 anos, ele é um dos que estão lá desde antes da chegada da primeira unidade prisional, erguida em 1987. Depois da inauguração do presídio, ele abriu uma pequena barraca, em frente à sua casa, dentro do complexo, onde vendia comida e roupas para as visitas dos presos. Esse comércio era legalizado, com alvará emitido pela prefeitura, e funcionava havia quase uma década. Em certa ocasião, durante uma festa de aniversário para a neta de Héber, que fazia então 14 anos de idade, um policial identificado como Coronel Perroti foi até a casa para ordenar que o evento fosse cancelado. Os moradores têm histórico de resistência contra medidas autoritárias dos policiais, principalmente os mais antigos e os que brigam na justiça por uma indenização como contrapartida para entregar o terreno e deixar o local.

Durante a argumentação em que o policial tentava pôr fim ao evento e os participantes tentavam mantê-lo, num gesto de repreensão, o coronel agarrou pelo braço a menina aniversariante, que caiu no chão. Diante disso, os convidados se revoltaram e começaram uma briga com os policiais que, segundo o relato dos moradores (todos os policiais envolvidos já

tiveram baixa da corporação e não puderam ser encontrados) teve agressões físicas partindo dos dois lados. Ao final da confusão, foi feita uma denúncia na 34ª Delegacia de Polícia, que terminou arquivada sem maiores apurações. A partir desse episódio, o comércio de Héber enfrentou uma resistência maior da administração, teve seu alvará cassado por recomendação do Departamento de Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (DESIPE), e precisou alugar uma loja do lado de fora do complexo. Nessa época, ele começava uma reforma no quintal de sua casa, onde construiria um bar mais elaborado, feito de tijolos e cimento. A construção foi embargada e consta no local até hoje, sofrendo o efeito do tempo e com a maior parte dos materiais de construção já deteriorados.

Brecaram tudo, não posso fazer nada. Estou proibido de tudo, de pés e mãos amarradas e tomando prejuízo. Só de material, está ali no quintal, você pode ver, a chuva está levando. Pedras, ferragens, tudo estragado. Eles não tomam uma decisão, que deveria ser tomada rápida. Se você não serve para morar, e não serve para trabalhar, eu não sei para quê eu sirvo.⁶

No entorno do complexo, é comum que os comerciantes espalhem seus negócios o tanto quanto for possível. Quase todos os mais antigos já conseguiram consolidar pelo menos dois ramos de atuação. Os principais são a venda de comida, aluguel de roupas e os dormitórios. Logo atrás vêm os estacionamentos, menos comuns por conta do espaço que ocupam. Quando o bar de Grande foi fechado, ele alugou uma loja do lado de fora, imediatamente em frente à cancela principal da área de segurança. Trabalha com a família: sua esposa, filho e neto ajudam nos serviços gerais. A filha, Fabiana da Silva Vilella, conhecida na comunidade como “Loira”, abriu um dormitório poucos números abaixo na rua. Ela também tem uma casa própria dentro do complexo, mas diz que, atualmente, vai pouco para lá, preferindo ficar num segundo imóvel, de seu esposo, do lado de fora. Héber “O Grande” Vilella briga há mais de dez anos na justiça por uma indenização satisfatória pelo seu terreno, cobrindo a venda da casa e os materiais desperdiçados na tentativa de reforma de seu bar, única condição em que aceitaria sair de sua casa. Numa consulta feita pela reportagem no site do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o processo constava como arquivado. Esse registro foi impresso e entregue ao morador.

⁶ Trecho de entrevista concedida ao autor no dia 06 de outubro de 2017.

Andre Luis Breia, representante da associação de moradores

A ocupação da vila legalizada do complexo de Gericinó começou ainda nos tempos da ditadura. Os militares planejavam uma moradia para os ocupantes de cargos de chefia do Setor Agro-Industrial (SAI). Na época, a capital do Brasil ainda era o Rio de Janeiro. Foi construída uma vila com 47 residências, distribuídas aos chefes dos departamentos e suas famílias. Na época, por volta de 1948, Bangu era um bairro de difícil acesso e o transporte público não cobria a região de forma que os trabalhadores pudessem atender a chamados de emergência quando necessário. Mais tarde, com a vila já instalada, o prédio do SAI foi transformado em presídio, recebendo o nome de Esmeraldino Bandeira.

Desde a fundação, essa vila abriga pessoas com algum vínculo profissional com a unidade em funcionamento. Quando acontecia alguma troca de moradores, óbito, transferências a outras unidades ou situação similar, a residência era remanejada para outra família de servidores, não sendo permitida a venda ou aluguel do imóvel. Essas casas não são, então, próprias, ficando atribuídas oficialmente ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ). Curiosamente, os guardas que fizeram o acompanhamento da reportagem relataram uma desapropriação, executada pela Polícia Militar dias antes da visita deste repórter, que aconteceu no dia 17 de novembro de 2017.

Andre Luis Breia chegou na vila com 5 anos de idade, acompanhado de seu pai, servidor do Esmeraldino Bandeira. Hoje com 46 anos e morador da vila há 40, ele conta que, quando chegaram, os primeiros moradores tinham dificuldades no trato com o poder público, algumas muito similares às que enfrentam hoje os moradores da vila mais interna do complexo: as ruas não eram asfaltadas, a distribuição de água e energia era irregular e não existia estrutura básica de habitação, de lazer e saneamento. Foi criada, então, a associação de moradores que resiste até hoje, e que só foi registrada no início da década de 80. Desde a criação, não houve mais problemas com obras, o espaço foi revitalizado e tem boas condições de moradia, com espaços de lazer, praças públicas, ruas asfaltadas e distribuição de luz e água adequadas. Obras também são permitidas, desde que previamente informadas ao ITERJ.

3. RELATÓRIO

O primeiro passo para iniciar a feitura desta pesquisa foi fazer contato direto com algum morador. Naturalmente, já foram feitas outras entrevistas com eles sobre outros assuntos, como por exemplo sobre a economia dos arredores do presídio, praticamente toda voltada para as visitas. O primeiro contato que fiz foi justamente com o repórter que assinava a matéria do IG, Anderson Dezan, que já não trabalhava mais no jornal. Comecei, com ele, um processo de pré-apuração, tentando confirmar a solidez da situação. Nesse processo, encontrei a segunda (e última) reportagem sobre o caso dos moradores de Gericinó, nos arquivos do jornal O Dia, assinada pelo repórter Diogo Dias. Numa conversa com Diogo, consegui a localização aproximada do bar de Héber Vilella, o único morador que tinha concordado em falar "em on" para a reportagem do jornal O Dia. Ele dizia que "não tinha nada a temer", ao contrário dos outros moradores, que optaram por usar um nome fictício.

Com essas informações e uma foto de Héber, publicada no jornal, fui até Gericinó para uma primeira abordagem. A primeira dificuldade foi encontrar o comerciante por seu nome de batismo - ninguém conhecia um Héber Vilella nos arredores. Em determinado momento perguntei por "O Grande", apelido prontamente reconhecido por um comerciante próximo, que me apontou a direção do bar "Império dos Frangos", chefiado por quem eu procurava.

Na primeira conversa existia um tom de desconfiança, coisa muito comum entre os moradores com os quais conversei por ali. Mesmo os que não fariam parte do filme se intimidavam pela presença de um "repórter". Alguns reagiam com atitudes defensivas, pediam para que nada fosse registrado ou mesmo se recusavam a dar alguma informação. Depois de explicada a intenção da filmagem, Héber concordou com a participação e, a partir do conhecimento e da livre circulação dele, fizemos a ponte com os outros entrevistados.

Duas famílias de moradores não puderam ser alcançadas porque desmarcaram sucessivas entrevistas. Logo, foi colhido o depoimento das outras cinco famílias, que deram uma variedade de relatos suficientemente rica para a montagem do curta-metragem.

Depois, procurei por especialistas que teriam uma visão privilegiada sobre a situação específica do complexo de Gericinó. Era necessária uma visão técnica, mas ao mesmo tempo humana, já que o problema não é uma mera questão burocrática sobre a legalidade das casas, e sim uma questão de supervisão do Estado sobre seus cidadãos. O primeiro contato foi com a primeira mulher a dirigir o complexo, a socióloga Julita Lemgruber. Ela tinha informações internas do funcionamento do presídio, das forças de segurança e do trato com os moradores. Depois, foi feito contato com o titular da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Sistema

Prisional e Direitos Humanos, Murilo de Bustamante, para entender a real situação dos moradores sob a ótica dos direitos humanos em áreas designadas para segurança avançada. Por fim, para dar o direito de resposta ao poder público, foi entrevistado o superintendente de segurança para todo o complexo, Deiverson Costa, que detalhou a forma como a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP) lida com o caso.

3.1. Gravação

Esse foi, sem dúvida, o maior desafio desta reportagem. Os métodos de filmagem definiram o formato que seria possível tirar do papel, uma vez que o repórter não pode ter qualquer controle absoluto de seu trabalho a partir do momento que ultrapassa a cancela de entrada do complexo. Mas, naturalmente, a montagem de uma reportagem independente pressupõe uma série de imprevistos, que devem ser considerados desde o início para que uma eventual adversidade não acabe comprometendo toda a pauta.

A primeira medida foi pedir, junto à SEAP, uma autorização para filmar no interior do terreno controlado. Nunca foi intenção deste trabalho registrar qualquer aspecto das unidades prisionais em si, uma vez que os moradores não têm qualquer acesso a elas. O correio eletrônico em que eu pedia essa autorização demorou mais de um mês para ser respondido, e depois de sucessivos telefonemas, me foi dada uma única data, dia 10 de novembro, para fazer todas as filmagens necessárias. No momento desse contato, ainda corria o mês de setembro.

Fui até Gericinó tentar o contato direto com os moradores na área externa do presídio, procurando um novo formato para o filme que não incluísse a entrada nas casas. Acabei concluindo que, feito dessa forma, o filme perde credibilidade, já que não mostraria o mais essencial: a real condição, nua e crua, da moradia dessas famílias. Esta era a história que eu queria contar. Durante as conversas preliminares, combinei com um dos moradores que entraríamos em um carro, da mesma forma que entravam suas visitas mais rotineiras, e filmaríamos fora da visão dos guardas que patrulham as ruas. Foi necessário observar o ângulo das janelas, que fornecem visão aos policiais nas guaritas suspensas, e também levar um cartão de memória substituto, para um momento em que fosse preciso salvar uma imagem importante que poderia ser apagada durante uma revista surpresa.

Logo no primeiro dia de gravação, um oficial do Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (DESIPE) bateu à porta do morador, perguntando sobre a filmagem e suas

intenções. Algum passante teria comentado com os policiais da guarita sobre o que estávamos fazendo. Dissemos que era um trabalho sobre a casa dos moradores, sem nenhuma relação com o presídio - como de fato era - e ele nos deixou continuar, ainda que contrariado. A salvaguarda que tínhamos é que a área em que eles residem dispõe de um acesso por uma passagem estreita e coberta por mato, que já não é supervisionada pelos policiais. Ela confere entrada direta ao terreno do presídio e já foi usada como rota de fuga por presos. Logo, não necessariamente teríamos passado escondidos pela cancela do complexo, já que alguns moradores utilizam essa entrada quando lhes convêm. Essa é mais uma prova de que a segurança do complexo segue padrões elásticos e mal definidos. Das sete entradas que fiz usando esse mesmo método (no carro de um morador, como se fosse um familiar ou amigo), a primeira foi a única em que um policial tomou ciência - ou se manifestou - da nossa presença. Algumas cenas também foram filmadas no comércio dos moradores, geralmente próximos à entrada do presídio, e outras imagens foram feitas nas cercanias da guarita.

A entrevista autorizada, marcada pela assessoria de imprensa da SEAP para o dia 10 de novembro, foi cancelada na véspera, depois de meses de espera. O motivo não foi explicado, apesar da insistência das minhas perguntas, mas suponho que tenha sido uma greve de fome organizada pelos presos naquela semana, que reivindicavam melhores condições de alimentação e estadia. Neste dia, as entrevistas foram feitas nos comércios, que passaram praticamente uma semana sem lucrar, já que as visitas foram canceladas e o bairro estava deserto. O órgão remarcou a entrevista para o dia 17 de novembro de 2017, uma semana depois da data inicial, quando foi feita a filmagem com o superintendente de segurança e com os moradores da vila externa, que contava com a associação de moradores de Andre Luis Breia.

A filmagem foi feita com a câmera e um microfone de lapela do repórter. Esse era o equipamento possível de se passar despercebido em uma pequena mochila nas entradas escondidas no presídio. Não seria possível, por exemplo, levar um tripé para o local de filmagem, por conta do tamanho do equipamento e da função óbvia que ele tem. Nas gravações feitas fora da área de segurança, foi usado um tripé para conferir estabilidade ao vídeo.

Uma das maiores dificuldades encontradas foi fazer o monitoramento de todo o equipamento de gravação, operado simultaneamente. Pelo mesmo motivo do equipamento reduzido, não foi possível organizar uma equipe para a filmagem deste trabalho, uma vez que cada pessoa a mais aumentava o risco de sermos identificados e expulsos do local. Toda a gravação de áudio e vídeo, o monitoramento, a direção, fotografia e edição ficou a cargo do repórter, diminuindo a polidez do resultado final, uma vez que este seria um trabalho para

várias mãos, mas em contrapartida conferindo o ar documental e bruto que era a proposta do filme desde o início. Como indica Bill Nichols em seu estudo sobre os métodos de documentar em vídeo, a única coisa que se faz essencial na produção de uma obra que visa reproduzir a realidade é, de fato, a própria realidade.

A maioria dos elementos de um curta-metragem é reproduzida na produção de um documentário embora geralmente em menor escala. A “equipe” pode ser tão pequena quanto um único operador/diretor de câmera e som. Em muitos documentários, a capacidade de reagir aos acontecimentos que não se desenrolam exatamente como o diretor pretende, isto é, à vida real, desempenha um papel fundamental na organização da equipe e em seus métodos de trabalho. (NICHOLS, 2008, p.19)

No total, foram dez sessões de gravação, sendo sete no interior do complexo, duas no entorno dele, em comércios e na rua, e uma na casa da socióloga Julita Lemgruber. O equipamento usado foi o mesmo em todas elas: uma câmera Canon EOS T5i, com lentes Canon 18-55mm e 55-250mm, e um microfone de lapela sem fio Sennheiser Evolution G3 100 Series. Nas ocasiões fora do presídio foi utilizado também um tripé simples.

3.2. Entrevistas

A preparação para as entrevistas foi a parte mais crucial para que o resultado final do filme não fosse mera panfletagem. Num primeiro momento, os moradores tinham ressalvas quanto ao que queriam falar diante das câmeras. Algumas histórias, documentos e detalhes de casos contidos no filme foram deixados de fora da filmagem a pedido deles, que aceitaram conversar sobre os assuntos “em off”. Essa preparação foi feita nos três primeiros encontros, em que não filmamos nada, apenas conversamos do lado de fora do presídio sobre as intenções da reportagem, casos comuns, e nos quais aproveitei para confirmar alguns pontos cegos da pré-apuração. Depois desses três encontros, senti que tinha a confiança dos entrevistados e que o desconforto deles diante de uma câmera tinha diminuído ao ponto de conseguirmos gravar as passagens com objetividade e naturalidade. Alguns deles, entretanto, tinham ressalvas com serem filmados e perguntaram algumas vezes sobre a possibilidade de conduzirmos a entrevista em texto. Como aponta Jean Louis Comolli na obra “Ver e poder”, a relação entre entrevistador e entrevistado, mediada pelo objeto de filmar, precisa ser pré-construída de forma a se tornar interessante para ambos os lados. Caso contrário, o encontro perde em corpo e em alma.

Colocar-se de frente para o outro, estabelecer com ele uma relação particular que passa por uma máquina, isso tem sentido, envolve uma responsabilidade, mesmo que completamente banal. Dois sujeitos se engajam - em relação a esta máquina - em um duelo, um face a face, uma relação, uma conjugação mais ou menos guiada pelo desejo, mais ou menos marcada pelo medo e pela violência. E se esses dois sujeitos não se comprometem um com o outro, a máquina capta - cruelmente - a falta dessa relação, a nulidade desse encontro. Não se filma impunemente - menos ainda o corpo do outro, sua palavra, sua presença. (COMOLLI, 2006, p.86)

O contraste fica por contra da entrevista com os moradores versus a entrevista com os policiais. O primeiro grupo era defensivo em certa medida, mas dava mais informação do que lhes era requisitado e tinha um interesse genuíno em explicar as situações de conflito. Foram descritas, inclusive, histórias em que eles estavam errados perante a lei, como quando um morador contou ter furado a tubulação que passa abaixo de seu terreno para resolver o problema de fornecimento de água. Ele diz ainda ter sido aconselhado a fazer isso por um inspetor da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), que disse “não estar vendo nada”. Outro morador contou ter guardado bolsas irregulares em sua casa, fato que foi descoberto e explicado aos policiais em seguida.

Já o segundo grupo se portava de forma evasiva diante da câmera. Muitas respostas tangenciaram no tema proposto ou foram endereçadas a outro departamento (que endereçou a outro que, por sua vez, endereçou a outro). A entrevista foi conduzida de forma a não se tornar muito agressiva, uma vez que alguns assuntos deixaram o superintendente de segurança desconfortável e o fez subir o tom da resposta, mostrando que não estava de acordo com dividir aquela informação. Alguns casos como esse foram úteis para uma apuração paralela e reservada, de que só o repórter tinha conhecimento e serviu, por exemplo, para confirmar que os policiais não tinham um registro oficial de cada morador.

3.3. Edição

No total, foram cerca de 120 gigabytes de material a ser editado. Essas filmagens foram juntadas com imagens de arquivo do presídio e de representantes do Estado ligados à ele. O material foi preparado em uma decupagem, na qual os trechos a serem usados foram destacados. Em seguida, tudo foi editado no Adobe Premiere, software próprio para edição de vídeos. A edição foi feita em blocos, na medida que alguns trechos foram acrescentados depois que a edição ter começado, e levou cerca de 1 mês do início ao fim.

4. CONCLUSÃO

Da primeira entrevista feita para este trabalho até a última delas, tentei usar toda a experiência que acumulei nas passagens por dois lugares em especial. O primeiro, como não poderia deixar de ser, foi a pela Escola de Comunicação da UFRJ, que tem uma defasagem grande de matérias de jornalismo prático, do fazer da reportagem, do ser repórter, mas que compensa essa lacuna com uma extensa formação filosófica que forma muito mais do que um jornalista, forma um crítico social. A segunda foi a redação da GloboNews, onde estagiei por dois anos, e onde consegui finalmente juntar à minha formação crítica um pouco de mercado, o frenesi do jornalismo pulsante, instantâneo, ligado 24 horas por dia no ritmo mais alucinado possível. Também vem de uma junção dessas duas experiências a vontade que guiou esta reportagem do início ao fim: a de entrar em um lugar em que eu não era bem vindo, expor uma situação que alguém não queria exposta e mostrar a pelo menos um pedaço da sociedade que existe um grupo de pessoas vivendo em condições desumanas num bairro não tão longe do Rio de Janeiro postal.

A convivência semanal com os personagens dessa história me conferiu a segurança necessária para tocar outros projetos de gaveta que, como esse, esperavam há muito tempo para sair do papel. Apesar das limitações técnicas, a reportagem foi executada de forma satisfatória, feita por apenas uma pessoa, coisa totalmente inadequada mas que confere ao repórter a sensação de “eu posso”. O estímulo que fica é o de fazer mais e mais.

Ainda me lembro do primeiro dia em que cheguei a Gericinó, depois de viajar de trem até Bangu. Dessa vez, peguei um táxi na estação por não conhecer a área do presídio. Conversando com o motorista, comecei a observar um cenário de guerra: o tráfico de drogas estava em todos os lugares do bairro, pessoas armadas eram vistas nas esquinas e nas janelas das casas. O motorista me apontou pelo menos três ruas em que “era proibido entrar”. Todas estavam guardadas por um sentinela armado, sentado próximo a uma moto. A partir da terceira visita, fui de ônibus. Queria acompanhar as visitas, que assim como eu chegavam a Bangu de trem, vindas dos lugares mais diversos - e distantes.

Como jornalista, encerro esta matéria com a sensação de que, no mundo de hoje e principalmente na nossa profissão, é preciso saber reportar de todo jeito. A exigência de que o repórter seja multitarefa não é só um capricho das redações, que tentam diminuir o número de funcionários a todo custo (também é, mas não só). Como repórter, é preciso dominar todos os possíveis jeitos de ser reportar, de forma que a cada matéria possa ser usado o

método que mais se adequa a quem vai receber aquela informação, ou qual dispositivo, método e canal são mais adequados para contar aquela história com objetividade, naturalidade e considerando o nosso aspecto humano.

O documentário apresentado terá uma versão mais longa, no formato padrão de 50 minutos, para que não fique restrito à academia. Essa versão será oferecida à televisão, vendida em festivais e postada na internet, buscando democratizar o tanto quanto for possível a história desses personagens que abriram suas casas e suas vidas para a presença intimidante de uma câmera de vídeo de um jornalista desconhecido.

Alguns pequenos deslizes foram cometidos na feitura do filme, pela dificuldade de aliar a produção e filmagem das cenas com tantos outros compromissos de vida, tais quais o trabalho na redação ou a escrita deste relatório. Alguns personagens interessavam ao filme e não puderam ser encontrados, por falta de tempo hábil. Outros foram abordados antes do momento preciso, e recusaram. De qualquer forma, a história foi contada de um jeito que, na minha impressão, cobriu todos os pontos principais. Dos erros, ficam as lições. Dos acertos, fica o incentivo para a próxima pauta.

5. BIBLIOGRAFIA

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. São Paulo: Vozes: 1987.
- KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. São Paulo: Ática, 2000.
- LEMBRUBER, Julita; PAIVA, Anabela. *A Dona das Chaves: Uma mulher no comando das prisões do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas: Papyrus, 2008.
- VARELLA, Drauzio. *Carcereiros*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.
- WEBER, Max. *Os três tipos puros de dominação legítima*. Tradução de Gabriel Cohen. Rio de Janeiro: V.Guedes Multimídia, 2008.
- ADORNO, Sérgio. *A prisão sob a ótica de seus protagonistas: Itinerário de uma pesquisa*. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 3 (1-2): 7-40, 1991.
- CUNHA, Manuela. *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajetos*. Lisboa: Fim de Século, 2002.
- CUNHA, Manuela. "A prisão e as suas novas redundâncias" in *Direito e Justiça*, vol. especial, p. 119 - 125. Lisboa, 2004.
- ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994
- GUIMARAES, Cesar; COMOLLI, Jean-Louis. *Ver e Poder - A inocência perdida: Cinema, Televisão, Ficção, Documentário*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.alva